

ACTA Nº4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de Setembro de 2006

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2007.

5 – Proposta de fixação, para o ano de 2007, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106º, da lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

6 – Proposta de lançamento do imposto municipal de derrama e da definição da respectiva taxa, para vigorar no ano de 2007.

7 – Contracção de empréstimo de longo prazo, 20 anos, destinado a financiar investimento municipal, no valor de €1.593.215,00.

8 – Contrato de prestação de serviços denominado “ Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores ao Município de Montalegre” / Aquisição de serviços complementares, traduzidos no fornecimento e instalação de equipamentos que acondicionem contentores enterrados / Escolha do tipo de procedimento aplicável e autorização para a assunção da respectiva despesa.

9 – Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal “Barrosana, E.M.”

10 – Proposta de Lei de Finanças Locais.

11 – Barrosana, E.M / Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2006/2007.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 60 membros.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Nuno Justo, António Ferreira, João Duarte, António Santos, Luís Carril, Judite Freitas, José Alves e Luís Pereira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Paulo Pires, João Surreira, Pedro Giesteira, Joaquim Alves e António Dias.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, José Moura, Nuno Pereira, Luís Carril, Francisco Surreira, João Soares, Fernando Calvão e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que a sua intervenção é desvinculada político-partidariamente e que tem a sensação que este Governo está a empurrar o interior para o litoral uma vez que concelhos como o de Montalegre, irão ficar sem os serviços do tribunal.

Disse que o pacto de justiça deve fazer pensar na forma como se actua nos concelhos do interior de forma a perspectivar aquilo que nos espera. Fala-se de alterar as circunscrições judiciais e a consequência natural será que Montalegre fique sem tribunal. Há um concurso aberto para o serviço de notariado e ninguém concorre e com o tribunal vai passar-se o mesmo. Montalegre vai ser um concelho que vai perder poder de decisão e é urgente combater isso de forma a que se mantenha uma boa qualidade de vida dos barrosões e alguma autonomia.

Perguntou ao Presidente da Câmara porque motivo não foi aprovada a candidatura ao financiamento da obra das portas do PNPG.

O deputado Teixeira Gomes referiu que no passado foi confundido o seu papel na Assembleia Municipal de Montalegre e informou que foi admitido como militante do Partido Socialista para que não houvesse mais confusões. Disse que não foi só pela Assembleia que se tornou membro do PS, mas também porque acha que o país já há muito não era governado. Concorda com as medidas instituídas para a educação, para a saúde, nas contribuições da ADSE, pois fizeram-se muitas asneiras e é bom que o Governo corte o despesismo das autarquias.

Felicitou os barrosões pelo ano de poucos incêndios e deu os parabéns ao Presidente da Câmara pela excelente ideia de enviar um ofício de sensibilização sobre esta matéria, juntamente com a carta da cobrança da água.

Disse que nos meses de Janeiro e Fevereiro costumam-se fazer queimadas, mas pediu que haja o bom senso de chamar os bombeiros, para que não se perca o controle da situação. Deu o exemplo da Noruega onde todos os vizinhos se juntam para limpar as áreas junto das suas casas.

Propôs que, em vez de se fazer apenas a Feira do Fumeiro, se fizesse uma feira da batata de semente pois este tipo de certame traria muita gente a Montalegre.

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento:

“Assembleia Municipal, 30 de Setembro de 2006.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados.

Esta minha intervenção de hoje prende-se com o esquecimento a que tem sido botado o Baixo Barroso, por parte desta autarquia, e em particular a minha freguesia de Ferral.

Nós também pertencemos ao concelho de Montalegre, e temos muito orgulho disso. Somos tão Barrosões como qualquer outro das restantes freguesias do concelho. É

uma pena que o nosso elenco camarário muitas vezes, e cada vez mais, se esqueça disso, deixando-nos isolados naquele canto do concelho.

A título de exemplo, eu vou referir aqui algumas questões, que são pertinentes para o futuro da freguesia, assim como para o respectivo bem-estar das populações. Isto para além de muitas outras que vão surgindo no dia-a-dia.

Em primeiro lugar vou referir um caso particular, que põe em risco a segurança, e mesmo a vida das populações locais. No lugar de Vila Nova, junto à Estrada Nacional, têm-se soltado terras e pedras, as quais têm atingido as habitações que se localizam imediatamente por debaixo, assim como pequenas hortas que ali existem. Ao que se sabe, o Presidente da Junta que já se encontra avisado há já algum tempo, mas como é habitual ainda não tomou medida alguma. Por isso venho aqui solicitar uma intervenção urgente no local, antes que aconteça alguma tragédia.

Somos um concelho em que se fazem obras megalómanas, que em nada contribuem para a qualidade de vida diária das nossas populações. Acho que o saneamento básico é uma questão de saúde pública e para a nossa freguesia, como para todas as outras, deveria ser uma prioridade.

Ainda, em pleno século XXI, encontramos esgotos domésticos a céu aberto. Existem casos em que regos de águas de rega desactivados foram desviados, aquando da construção de calcetas, para fazer o escoamento das águas residuais das casas de banho e cozinhas. Isto é um caso de saúde pública. Só quando nos deparamos com situações semelhantes às que ocorreram recentemente em Ponte de Lima, provocando doenças como a leptospirose, é que vamos acordar.

Outro dos assuntos que eu gostava de trazer aqui a debate prende-se com a utilização das caixas de correio no lugar de Sidrós. Porque é que, se já se encontra concluída a toponímia da aldeia, se as pessoas já possuem as caixas à porta de casa, ainda se continuam a usar os briques colectivos?

Esta é uma situação preocupante, visto que alguns destes briques se encontram permanentemente abertos, deixando a correspondência ao “Deus dará”.

Apesar de se encontrar sediada na nossa freguesia um brigada camarária, cada vez mais notamos o abandono. Quem passa pelas nossas aldeias abaixo encontra silvas nos caminhos, calcetas danificadas, valetas sujas, etc, etc. Só gostava de saber quais as funções da brigada para a freguesia? Se não lhes compete realizar este conjunto de actividades.

A questão mais preocupante, não só para a freguesia de Ferral mas também para as freguesias de Covelo e Paradela, prende-se com o centro de Saúde o qual, precisa de obras urgentemente, ainda mais agora que se aproxima o inverno e, como toda a gente sabe, chove abundantemente no seu interior. Está-se à espera que fique completamente degradado para depois se ter uma desculpa para o encerrar? Nem sabem o problema que isto ia causar numa população maioritariamente envelhecida. É por estas e por outras, cada vez temos menos habitantes no nosso concelho. Não são criadas as medidas necessárias para que as pessoas tenham as condições mínimas de vida nas nossas aldeias.

Sr. Presidente, espero que esta minha intervenção tenha servido para o alertar para alguns problemas, que para o Sr. podem não parecer importantes mas para as nossas populações são prioritários e condicionam a normalidade das suas vidas diariamente. Obrigado.

Assinado, Domingos Vasconcelos”.

O deputado António Ferreira disse que tinha felicitações e reparos a fazer. Felicitou a Vereadora Fátima Fernandes pelo apoio que tem dado na abertura da época escolar. Disse que o pré-escolar vai cobrir todo o Alto Barroso, que os alunos estão a ter uma boa alimentação e que as escolas de acolhimento estão muito bem apetrechadas. Ter uma autarquia que, apesar dos cortes orçamentais e do défice público, dá prioridade à educação é um orgulho para todo o concelho.

Perguntou em que ponto está a obra do canil municipal pois quando a época de caça terminar os caçadores abandonam os seus cães no concelho de Montalegre.

Perguntou qual a possibilidade de alargar o espaço de estacionamento em frente à Escola Secundária Dr. Bento da Cruz pois às 17h30 é quase impossível circular uma vez que os alunos saem todos à mesma hora.

O deputado José Fernando Moura disse que a função dos membros da Assembleia é a de ajudar o Presidente da Câmara e o executivo a solucionarem problemas e podem fazê-lo apresentando propostas. Assim, na passada reunião da assembleia, foi proposta a colocação de lombas na avenida e de uns railes na estrada de Meixide que até agora não foi ouvida e pede para que se satisfaçam estes pedidos.

O deputado Nuno Pereira disse que gostava de ouvir a explicação do Presidente da Câmara acerca do assunto da Borralha e pensa que manda a seriedade que, quando se fala em interesses, as pessoas digam quais são efectivamente esses interesses.

Sobre os incêndios, referiu que quem vem na EN103, antes de chegar à pedreira, vê o monte todo queimado, por isso subscreve a intervenção do deputado Teixeira Gomes e disse que se devem unir forças para combater este flagelo.

Salientou que a importância da intervenção do deputado Teixeira Gomes foi quando ele disse que ia denunciar quem não tomasse as medidas necessárias e as devidas precauções aquando das queimadas, pois um verdadeiro político é aquele que faz realmente isto, em defesa dos interesses do povo.

Disse que no Cambedo existe uma quantidade enorme de cobertura vegetal que foi arrastada pelas chuvas para a estrada e que convém ser limpa.

Sobre o fecho dos tribunais, disse que há coisas que são inevitáveis, tais como o fecho de algumas escolas no concelho, mas lembrou que o Presidente da Câmara anteriormente lançou um repto para que se defina um padrão de justiça e só depois disso é que pode discutir o assunto.

Manifestou o seu protesto sobre as obras na EN103 pois já não se justifica tal situação. É uma vergonha e uma falta de respeito.

O deputado Luís Carril entregou o seguinte documento:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Caros colegas

A água é um bem essencial à vida. Dela todos dependemos e está presente na grande parte das nossas tarefas domésticas diárias. Entre outras coisas serve para lavar e preparar alimentos, para nos lavarmos, mas acima de tudo para nos matar a sede.

A nós, representantes eleitos pelo povo, cabe-nos zelar pelos seus interesses e proporcionar uma cada vez melhor qualidade de vida.

A nós cabe-nos zelar para que todos os munícipes recebam em sua casa água com qualidade.

A nós cabe-nos também zelar pelo interesse comum da distribuição da mesma, exigindo que cada um seja responsável pelo que consome, logo que por essa mesma água de qualidade consumida tenha de pagar um preço justo. Quanto a isto penso que todos estaremos de acordo.

A nossa Câmara Municipal no dia 8 de Setembro corrente (sexta-feira às 18h00) tomou diligências para que se cortasse a corrente que suportava a bomba que levava a água para parte das casas das Minas da Borralha. Desta forma, conscientemente a Câmara assumiu o corte de abastecimento de água a esta população.

Elementos desta Câmara afirmaram que as pessoas já tinham sido avisadas que se não colocassem contadores a água iria ser cortada. No entanto, a Junta de Freguesia de Salto, assim como vários moradores no local, que só se encontram lá ao fim do dia ou aos fins-de-semana, afirmam desconhecer tal facto. Na freguesia desconhece-se qualquer edital ou carta a informar tal situação. No entanto, de uma forma pouco

correcta esta Câmara tomou medidas para que em pleno fim de semana o abastecimento de água fosse cortado. Em meu entender que esta atitude em nada abona de uma boa imagem de quem quer resolver um problema.

De referir que desde esta data até à presente o fornecimento continua cortado.

Ouvem-se argumentos de que se cortou a electricidade porque o seu custo era elevado. Se para servir água ao povo o custo era muito, que se dirá do que se gasta de electricidade para manter aquecida as instalações do Multiusos.

Mais preocupante ainda é o facto de na área de abastecimento deste ramal estarem 2 escolas que abriram no dia 15 de Setembro. Uma secundária e outra primária. Uma já estará remediada. A outra estava a ser abastecida por um auto- tanque dos Bombeiros Voluntários de Salto. Essa água serve para lavar mas também para as crianças beberem. O carros dos bombeiros recolhe, no seu uso normal, água em qualquer local, seja pura ou impura. Nesse mesmo depósito onde tem sido transportada a água para combater os fogos, que regra geral é imprópria para consumo está ser transportada a água para beber. Quem garante a boa qualidade desta água que as nossas crianças bebem?

De mau gosto também foi a atitude tomada de fornecimento de água, no fim-de-semana de 9 e 10 de Setembro, que apresentava cor castanha e que os próprios bombeiros que faziam a distribuição diziam que irá imprópria para consumo. De referir que no mesmo carro se leva agora água para as crianças da escola primária beberem. As pessoas com quem tenho falado todas afirmam que querem pagar a água. No entanto todos afirmam que após pagamento têm de ter direito a ela e em boas condições.

Para além de expressar todo o meu desagrado pela forma pouco séria com que este assunto foi tratado gostaria de colocar 3 questões:

- 1- Tendo sido aquelas casas propriedade das minas, com tudo que isso acarretou, não estará desta forma a Câmara Municipal a criar uma situação que prejudique deliberadamente os cidadãos das Minas da Borralha em favor de outros interesses?
- 2- A água que era abastecida e que se prevê venha a abastecer aquelas casas após a colocação de contadores tem sido analisada? As análises mostram que essa água atende às exigências de sanidade e qualidade?
- 3- Estes Montalegrenses foram até aqui (com água gratuita) prendados com o facto de não terem água das 9 horas da noite até às 8 horas da manhã. Após a colocação dos contadores esta Câmara garante o normal abastecimento de água durante as 24 horas?

De forma tão simples, se esta Câmara garantisse que as respostas às questões por mim colocadas em cima fossem positivas e se houvesse um contacto sério com a população que aqui representamos, estou plenamente convicto que tudo isto teria sido evitado e todos estariam dispostos a colocar os contadores e pagar a respectiva água consumida. No entanto caso se verifique o contrário, isto é, se a resposta for negativa então esta Câmara deveria preocupar-se antes de mais, em fornecer água em quantidade e de boa qualidade e só depois então viria o pagamento.

Montalegre, 30 de Setembro de 2006

O deputado Municipal eleito pelo PSD

Assinado Luís Carril”

O deputado Francisco Surreira fez um pedido em relação ao campo da feira pois na entrada de cima, ao pé do café “Bibóvelho”, há um espaço muito grande e convinha que se colocasse sinalização.

O deputado João Soares disse que foi uma vítima em relação ao caso da água da Borralha e sabe que a Câmara não é nenhum tribunal, mas falou neste assunto de forma a que se resolvam alguns problemas sociais e a titularidade das casas da

Borralha pois como o pretense dono não conseguiu ganhar este caso em tribunal, vem agora com esta situação resolver o problema e isto colocou muita gente em situações muito complicadas. Disse que foi apanhado de surpresa como grande parte da população, e tudo isto criou um imbróglio que o pôs desarmado. Quem quis fazer demagogia política disse que o deputado João Soares sabia aquilo que a Câmara ia fazer, que nem ia pagar a luz. E agora, para além dos problemas conhecidos da Borralha, existe um mau relacionamento entre vizinhos.

Desta forma, apelou à sensibilidade do Senhor Presidente da Câmara pois reconhece que ele tem capacidade para resolver esta situação insustentável .

O deputado Fernando Calvão disse que há 8 anos atrás levantou a questão do mercúrio nas águas da Borralha, mas o deputado Teixeira Gomes não concordou com ele e não gostou.

Disse que recebeu um telefonema de um utente que não tinha água há mais de 20 dias, mas ele oficialmente não sabia de nada. Era necessário levantar-se um inquérito pois do ponto de vista sanitário e humano é uma violência. Falou sobre a política de saúde do país e disse que concorda com a contenção de custos e até com alguns encerramentos de hospitais, mas em termos de fecho de alguns centros de saúde, e tendo em conta a dispersidade da população, não estão a ser seguidas as melhores políticas. Manifestou o seu repúdio contra a medida de aplicação de taxas moderadoras pois é uma forma de disciplinar o acesso designadamente à urgência, mas não admite que uma operação de urgência pague taxa.

O deputado Joaquim Pires felicitou o deputado Teixeira Gomes por se juntar ao partido socialista uma vez que é uma grande figura cívica, intelectual e moral aqui no concelho.

Sobre a água da Borralha disse que não tem conhecimento do caso mas que é uma situação que fica mal à câmara. Disse ainda que no verão passado no parque de lazer de Penedones, estava lá uma fossa séptica a céu aberto, situação da qual o Presidente da Câmara foi avisado e nada fez. Fez-se um novo Parque de campismo com tudo a que tem direito e o velho, tem lixo por todo o lado, as árvores secaram porque ninguém as regou e os Ecopontos estão a transbordar.

Pensa que isto não é de todo a imagem de turismo que queremos passar e há muita gente que nos visita.

Pede ao Presidente da Câmara que tenha uma intervenção mais activa nas zonas de lazer das barragens.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes. Disse que pela 1ª vez está de acordo com a deputada Guilhermina Costa pois devemos lutar todos juntos pelos interesses do interior, mas todos concordamos em que não se deve esbanjar o dinheiro público, e que se deve combater o défice, só não gostamos é do remédio. Concorda que há medidas difíceis que são tomadas, mas que são inevitáveis.

Sobre as portas do PNPG, disse que a candidatura não foi rejeitada, mas também não está aprovada. O que se passa é que o próprio projecto previa instalações em Fafião e em Paradela e foi acordado com os três directores anteriores que as instalações de Paradela e Fafião ficariam para uma 2ª fase. Discutiram-se pormenores do projecto, aprovou-se o projecto visto pelo parque e pelo ICN e decidiu-se avançar com as portas de Montalegre por questões técnicas e de interesses locais e regionais. E aguarda-se o financiamento.

Felicitou o deputado Teixeira Gomes pela sua nova obrigação, mas disse que os partidos também não prendem ninguém. É apenas um aumento de responsabilidade pertencer a um partido, pois a democracia não se faz sem eles.

Felicitou-o também pela forma como este se referiu ao combate aos fogos florestais pois o 1º combate que se deve fazer é o dos cidadãos através de formação cívica. A culpa não é do Governo, do Secretário de Estado, não é da Câmara, é de todos e principalmente daqueles que não denunciam os infractores.

Disse que a GNR tem feito um trabalho excelente no concelho de Montalegre, nesta área, com levantamento de autos. As pessoas começam a compreender que alguém vê.

Sobre a batata de semente, disse que as coisas não são tão fáceis quanto parecem, mas se for a vontade do povo realizar uma feira da batata de semente, que se faça. Foi para isso que o Multiusos foi feito. Mas se não for no Multiusos pode ser no Mercado Municipal que ao fim de semana está livre. Mas deixou bem claro que a Câmara não pode ser sempre a mãe destas iniciativas, nem andar com os empresários pela mão.

Sobre a nova lei de finanças locais, disse que esta não é tão má como diz a ANMP, mas também não é tão boa como diz o Governo.

Disse que os municípios são responsáveis por apenas 5% da dívida pública e por isso não se justifica os maus tratos ao poder local, quando apenas duas ou três empresas públicas são responsáveis por uma dívida superior à dos municípios todos. Poderá haver corrupção nos municípios e também má gestão, mas também são eles os responsáveis pela maior taxa de empregabilidade e o que seria do interior sem os municípios. Tem que se travar este ataque injusto ao poder local.

Disse que o deputado Domingos Vasconcelos dramatizou a situação da queda das pedras pois as pedras caem em todo o lado, principalmente quando chove. Disse ainda que sabia que as obras feitas em Ferral já tinham sido esquecidas, mas que a Câmara tem lá uma brigada permanente que tem trabalhado muito.

Sobre as lombas na avenida, disse que não é adepto de medidas radicais nessa área pois já se colocaram e tiveram que se tirar por questões sonoras e impacto nas construções.

Em relação às protecções metálicas, disse que vão ser colocadas na estrada de Fafião que é realmente perigosa.

Sobre o ano lectivo, disse que a Câmara cumpriu as suas responsabilidades. Ainda estão a ser testados alguns procedimentos, mas que melhoraram a qualidade da educação.

Sobre o canil do Alto Tâmega, disse que está praticamente concluído e cumpre todas as exigências legais, mas o problema dos cães vadios não vai ser resolvido com o canil.

Sobre os carros na Escola Dr. Bento da Cruz, disse que já foi adquirido um terreno em frente à escola que vai acolher uma área de estacionamento, aquando do novo edifício do 1º ciclo.

Sobre a água de Salto, disse que havia uma deficiência na bombagem que perturbava a cor da água, mas em termos de qualidade nada havia a temer. Mas aconteceu uma coisa pior que foi a questão da ribeira. Resolveu-se de imediato com a protecção civil e com um furo que restabeleceu o abastecimento.

Sobre a água da Borralha, disse que toda a gente se deve convencer que não temos só direitos, também temos deveres e consciência. Leu parte do despacho, que se transcreve: "A Câmara estava a pagar entre 3 e 5 mil euros por mês por uma bombagem na Borralha. Essa bombagem abastecia a escola primária e o jardim de infância e outros particulares, mas não havia qualquer contrato nem pagamento dos consumos;

1- A Câmara alertou estes possíveis consumidores e lamenta não ter havido o sentido de qualquer responsabilidade, em particular nas despesas da bombagem. Ninguém se dirigiu à Câmara, nem sequer para pedir contrato de fornecimento de água;

- 2- A Câmara tomou a decisão tardia e deixou de pagar à EDP a factura da bombagem;
- 3- Essa decisão não foi suficiente para que os beneficiários da água de graça apelassem à sua consciência e ao bom senso, antes preferiram o alarme e a zaragata e só passados mais de 20 dias é que apareceram alguns pedidos de celebração de contrato de fornecimento de água na Câmara.
- 4- Durante este período, a Câmara recebeu acusações de que a água que consumiam sem pagar não prestava e até houve ameaças para o futuro;
- 5- O alarido criado não dignificou os seus autores que estariam mais preocupados em fazer agitação do que em cooperar para se resolver o problema de que todos eram conhecedores e responsáveis.
- 6- Embora nada disto prejudique o desejo e a intenção da Câmara em tentar encontrar uma solução acontece agora que a empresa “Cabo Areal, Madalena e Ilídio, Central Hidroeléctrica, Lda” com sede em Ribeira de Pena, se reclama proprietária das casas e informa a Câmara que não permite qualquer contrato. É que não havendo qualquer título de propriedade ou contrato de arrendamento, a Câmara não deve celebrar qualquer contrato e para além disso não sabe quem é o proprietário da rede existente. Assim, e se V. Exa não apresentar os documentos expressos no parágrafo anterior fica o seu pedido a aguardar parecer jurídico ou negociação que permita a resolução do problema.”

Assim, disse que este despacho esclarece tudo e que não há desculpas.

Sobre os buracos na EN103, disse que tem um rol de faxes enviados para as Águas de Trás os Montes e para as Estradas de Portugal, mas sem resposta.

Sobre o conflito com o Sr. Carlos Antunes, disse que a Câmara lhe propôs um negócio mas ele não aceitou e sobre a fossa disse que não pode exigir que a repare pois já existe saneamento e a Câmara não funciona por chantagens e pressões.

Em relação à rega das árvores, a crítica vai para os bombeiros pois são eles que são responsáveis por isso mas, injustamente, porque foram regadas, e bem. A culpa é da terra que não é de boa qualidade e do vento.

O problema do lixo na barragem é geral e a área da barragem não permite intervenção da Câmara. É preciso limpar, mas todos, não só a Câmara.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Domingos Vasconcelos, Luís Carril, Nuno Pereira e João Soares.

A deputada Guilhermina Costa disse que a filiação partidária é uma comunhão de ideologias e por isso não gostou de ouvir dizer que o deputado Teixeira Gomes se filiou pela “pressão” que sentiu.

Disse que há medidas que vão levar à desertificação do interior e por isso é que se devem unir forças para combater este flagelo. Se se continua com a mesma atitude, Montalegre não vai ter serviços nenhuns de forma a satisfazer os cidadãos locais.

Disse que não se pode gastar dinheiro em obras e não se fazer nada contra a desertificação.

Sobre a água da Borralha, disse que se a água não é própria para consumo e a questão da titularidade das casas não está resolvida, a Câmara não pode exigir contrato.

Disse ainda que o problema do executivo camarário é a falta de planeamento.

O deputado Teixeira Gomes disse que foi ele que há 9 anos atrás propôs a colocação de lombas na avenida e está em completo desacordo quando o Presidente da Câmara chama a isso medidas radicais.

Confessou que nunca foi à Borralha e disse que o problema da água é um problema estratégico pois esta aldeia tem problemas sociais graves que custam muito dinheiro ao Estado e um problema de ilegalidade. Apresentou a seguinte proposta à mesa:

“Perante o alarido criado em volta do fornecimento público de água ao Bairro da Borralha, proponho: 1 - Que a CMM constitua um grupo de pessoas, um vereador, a junta de freguesia da Borralha, um sociólogo, um assistente social e quem mais entendam necessário para analisar o problema social da Borralha no sentido de: a) realojar noutras áreas as pessoas que não tenham emprego no local e/ou não tenham actividade agrícola significativa; b) desalojar quem não tiver qualquer ligação social ou profissional ao concelho; c) destruir as casas que forem sendo desocupadas; d) uma vez que as casas parecem ser todas ilegais, clandestinas, não pagando impostos, devem tender sempre à demolição; 2 – Proponho que a Câmara Municipal de Montalegre construa nos próximos dias um fontanário público para resolver o problema humanitário da disponibilidade de água potável às populações. Montalegre, 30 de Setembro de 2006. Assinado José Manuel Teixeira Gomes”.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a estrada de Vila Nova tem muita inclinação e propôs que se faça uma vedação por cima da aldeia pois ainda há pouco tempo um camião perdeu um pneu e estragou uma casa, só não matou alguém por sorte.

Disse que alguns presidentes da junta se queixam que as brigadas não fazem um bom trabalho de limpeza e no Cambedo vê-se muito lixo espalhado e ainda é pior do lado de Vieira do Minho.

Disse que ainda bem que o cemitério vai ser feito uma vez que já foi prometido há 5 anos.

O deputado Luís Carril referiu que o Presidente da Câmara disse que não é adepto de medidas radicais em relação à colocação de lombas na Avenida mas já é adepto de se cortar a água de um momento para o outro na Borralha. Disse que há contra-sensos que não se percebem, pois errar é humano e um bom autarca é aquele que reconhece o erro. Insistir no erro é demais. Apresentou a seguinte proposta à mesa: “Proposta à Assembleia Municipal de Montalegre. Dada a situação criada com o corte de energia eléctrica à bomba que suporta o abastecimento de água ao bairro da guarda na Borralha, proponho: que se restabeleça o abastecimento de água ao referido local, através da reposição da energia eléctrica até que: 1) se clarifique a qualidade da água; 2) possibilitasse a colocação efectiva dos contadores; 3) se comunicasse aos moradores, com prazo definido, até que se possa regularizar a situação, caso contrário se irá cortar o abastecimento.

O deputado da Assembleia Municipal eleito pelo PSD
Assinado Luís Carril”

O deputado Nuno Pereira, em relação à informação dada à Câmara pelo pretendo proprietário das casas da Borralha da não autorização de fornecimento de água disse que a Câmara tem legitimidade para actuar se em causa estiver a defesa do interesse público.

O deputado João Soares, sobre o problema da água da Borralha, disse que quem não teve uma atitude correcta foram aqueles que fizeram deste caso, um caso político pois atrasaram a resolução do problema.

Disse que o Presidente da Junta de Salto havia dito que tinha vindo falar com o Presidente da Câmara mas como este não se encontrava na autarquia, foi falar com os líderes do PSD em vez de resolver o problema dentro da instituição responsável. Isto tornou-se um problema político pois passou a mensagem que o PS perdeu a mesa da Borralha pela primeira vez e que no lote das pessoas lesadas pela falta de água está o secretário de Junta de Freguesia e foi a retaliação. Quando esta mensagem começou a passar pensou que se esta lá o secretário da junta também

está lá o João Soares e o Mário Mendes que estão na lista da freguesia e são membros da Assembleia Municipal, pelo PS, e, como tal, não pode ser retaliação.

Mas, se não foi por retaliação, foi para fazer o jogo do proprietário da minas que com esta situação vem exigir que as pessoas paguem a renda, quando ele pôs tantas acções em tribunal, não conseguindo despejar ninguém, nem renda pois não consegue provar que é o legítimo dono das casas e o tribunal não lhe deu razão.

Disse que concorda que toda a gente deve pagar a água e que não se pode reclamar de imediato a água em condições, pois quem não a contestou durante 15 anos, agora não pode querer milagres. Há que ter bom senso e não fazer disto chincalho político. Há que ter sensibilidade pois há idosos e deficientes motores que estão a viver uma situação complicada.

As pessoas querem pagar, mas tem que se dar tempo ao tempo.

Disse ainda que o subsolo da mina é do Estado, a bomba é dos trabalhadores e só apenas a electricidade para a bombagem é que pertence ao dito proprietário.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu começando por dizer que há mais de um mês foi dado o despacho sobre o abastecimento de água à Borralha. A intenção da Câmara era a de resolver o problema, mas é uma situação complicada. E há desculpas para tudo. O que não tem desculpa é o facto das pessoas interessadas não se dirigirem à autarquia para resolver a questão. Ninguém quis resolver o problema pois pensavam que a Câmara nunca cortaria a água uma vez que existe lá uma escola. Só quando viram que a Câmara estava a arranjar alternativa para as escolas é que se convenceram do problema. Se se quer resolver o problema discutam-se as soluções e não os problemas. E sobre os problemas sociais, só pode falar da Borralha quem conheceu a Borralha há 30 anos atrás e também quem conhece agora.

Sobre os CTT, disse que há problemas que não têm resolução imediata. Tem que se continuar a pressionar os serviços de distribuição do correio para obtermos um melhor serviço.

Sobre o apoio social dado à idosa da Carvalha, não se pode confundir com o assunto da água. É uma questão social e especialmente uma data simbólica da comemoração dos 100 anos.

O deputado Acácio Gonçalves pediu um esclarecimento à mesa e disse que se falou muito sobre o caso da água e esqueceram-se de dizer que a pessoa que mais lucrou com esta situação foi o Sr. Ilídio e Madalena, Lda, sociedade adjudicadora do activo das Minas da Borralha. Disse que ele tem uma exploração hidroeléctrica que faz cerca de 70 mil contos por mês, não participa nada para a Junta de Freguesia de Salto e da Venda Nova e não pediu autorização para a exploração daquela água. Propôs que fosse esse sr. a pagar os 5 mil euros, pagos até agora pela autarquia, pois não faz nada demais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração da Assembleia as propostas apresentadas pelos deputados Teixeira Gomes e Luís Carril.

Inscreveram-se para intervir os deputados: Guilhermina Costa, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Nuno Pereira, Luís Carril, Fernando Calvão, Acácio Moura e Ricardo Moura.

A deputada Guilhermina Costa relativamente à proposta apresentada pelo deputado Teixeira Gomes, primeiro ponto, concorda que se faça um estudo para que se saiba que obras são necessárias fazer, se há necessidade de fazer habitação social e quem são as pessoas que realmente precisam de apoios sociais. É necessária uma intervenção de carácter não provisório. Disse que a Câmara não pode obrigar as pessoas a pagar um serviço que não presta e, assim sendo, a autarquia tem como

obrigação garantir um bem tão essencial. Sobre o segundo ponto da proposta, disse que este é um dos caminhos a seguir – a promoção dos produtos locais.

Sobre a proposta do deputado Luís Carril, sugeriu que fosse apreciada de outra forma pois a Câmara tem obrigação de fornecer a água às populações fazendo a rede de abastecimento de água e vendo se a água da mina é de qualidade ou ir buscá-la a outro sítio como fez em Salto e só depois colocar os contadores. Desta forma, aprova a proposta.

O deputado António Ferreira sugeriu que a proposta sobre a feira da batata de semente abrangesse a batata de consumo.

Disse que toda a gente é sensível ao problema da falta de água, mas o Senhor Presidente da Câmara já garantiu que está em vias de resolver o problema e não concorda com a proposta do Luís Carril pois pensa que primeiro se deve ver a qualidade da água e só depois abastecer.

O deputado Acácio Gonçalves prescindiu da intervenção.

O deputado Nuno Pereira, sobre as propostas, disse que se devem rejeitar pois existe um relatório social já feito e, pela experiência que tem, sabe que o departamento social tem acompanhado todas as situações.

Quanto à proposta do Luís Carril, disse que deveria ser reprovada imediatamente pois deve-se cumprir o regulamento.

O deputado Luis Carril disse que não concorda com a primeira proposta e vota contra pois não relata de todo a realidade da Borralha e o dilema não será assim tão grande. Sobre a proposta por ele apresentada, disse que a Câmara apenas deve e tem que pagar a electricidade.

O deputado Fernando Calvão disse que para se realizar uma feira da batata tem que se fazer um estudo global do concelho e ser levada a cabo num aspecto mais amplo tendo em conta a criação de emprego e sustentada no desenvolvimento de uma agricultura biológica para a região.

O deputado Ricardo Moura disse que é vergonhoso que se vá para a Assembleia lavar roupa suja, mas ele já suspeitava que assim fosse pois recebeu na sua caixa do correio o manifesto do PSD.

Desafiou a bancada do PSD a apresentar propostas para o desenvolvimento do concelho.

Disse que o Presidente da Câmara já cedeu as instalações e agora convém envolver a cooperativa nisto para que esta volte a ser como era em tempos passados.

Deliberação: a proposta apresentada pelo deputado Teixeira Gomes foi aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

A proposta apresentada pelo deputado Luís Carril foi rejeitada com 26 votos contra, 13 votos a favor e 4 abstenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Leitura, discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária.

A acta da sessão ordinária do dia dezassete de Junho de 2006 foi posta à consideração, tendo o deputado Nuno Pereira feito alguns reparos.

O deputado Nuno Pereira disse queria fazer um reparo relativamente à folha nº8 da acta anterior, quando diz que “o deputado Nuno Pereira disse que a distância de Montalegre a Braga, nos padrões europeus, é razoável o que faz com que Montalegre esteja incluído na cidade de Braga”, pois ele não disse isso. Disse que à escala europeia a distância de Montalegre a Braga é uma distância curta e pequena, tanto que o grau de influência de atracção a Braga provoca, seduz e arrasta Montalegre para a sua área. E disse isto porque estava a justificar a tendência que os pais têm em matricular os seus filhos em escolas de Braga e não de Montalegre.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com 5 abstenções.

2. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Joaquim Pires e Ricardo Moura.

A deputada Guilhermina Costa disse que o relatório da situação financeira da actividade do município relata aquilo que já se esperava que fosse aquando da aprovação do orçamento. O PSD viu, nessa altura, que a maior parte das receitas estava vocacionada para uma só obra e agora vêem-se as consequências disso mesmo.

Disse que, para além dessa obra volumosa, pouco mais aconteceu, apenas pequenas obras como depósitos, captações de água, festas, congresso de medicina popular, abertura do pavilhão, o início do ano escolar e pouco mais.

Disse que entende o pico da facturação pois as eleições autárquicas foram relativamente há pouco tempo. O que não entende é o pico dos trabalhos em curso que justifiquem o tal pico.

Disse que há um obra que lhe chamou a atenção que são os trabalhos no estradão do Larouco à Mourela, Frades e Cela Cavalos. Pensa que este tipo de intervenção deveria ser sujeita a concurso e, se foi, solicita cópia da deliberação da adjudicação da obra.

Disse que não faz parte da Comissão Política do PSD e que não se sente minimamente cansada, pois gosta do que faz.

Disse que dentro do PSD pratica-se a democracia e se não há intervenções é porque possivelmente os Presidentes da Junta tentam não prejudicar mais as suas populações.

O deputado Joaquim Pires disse que vê frequentemente a carrinha da Unidade de Saúde Móvel estacionada à porta do Centro de Saúde e pergunta qual a sua utilidade e disse que era de todo importante rentabilizar esse recurso.

O deputado Ricardo Moura referiu que não se pode falar mal daquilo que está feito e que a Câmara até tem feito trabalhos a mais, o que pode ser confirmado por toda a gente.

Tudo o que o Presidente da Câmara referiu é mais do que verdade e não podemos atirar areia para os olhos dos outros pois isso fica feio. Concorda que se exija mais.

O senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes dizendo que alguém disse que a Câmara estava endividada, na falência, que é uma catástrofe financeira, mas continua-se a pedir mais. O que vale é que é mentira e a Câmara Municipal de Montalegre é uma das que está melhor financeiramente do distrito de Vila Real e por isso é um orgulho para todos aqueles que colaboram na gestão e direcção. Disse que se fez muito trabalho, reconhecido pelas pessoas de fora e só não é reconhecido pela gente de má fé.

Os dados da ANMP e do Governo provam que a Câmara de Montalegre não está na lista negra das câmaras que ultrapassam o endividamento.

Disse que o concelho vai ter mais obras que o PSD não vê. Vamos ter a obra do rio que merece o respeito de toda a gente, pois requalifica o centro da vila. É uma obra de 280 mil contos num ano pós eleitoral merece todo o respeito. Toda a gente sabe que no ano eleitoral se fazem mais obras e que no ano seguinte se pagam, mas a Câmara este ano já arrancou com quatro remodelações de aldeias. O Multiusos está quase acabado e é uma obra útil, indispensável para o desenvolvimento do concelho. Mas também existem as obras do AGRIS, em Pitões das Júnias com o pólo do Ecomuseu, o Ecomuseu em Montalegre que na visita que fizeram no âmbito da Convenção Europeia de Montanha causou admiração com o projecto apresentado e, para além do espaço físico, a riqueza cultural que este local possui. Perguntou se a estrada de S. Vicente à fronteira não é obra; Se os passeios feitos na vila não é obra; Se o saneamento feito não é obra; Se a pavimentação das estradas não é obra bem como os arruamentos em Frades e em Vilar de Perdizes?

Disse que a reparação do caminho em Cela Cavalos e a maioria dos caminhos foi a Câmara que fez e o caminho da Mourela foi encomendado.

Em relação à Unidade Móvel de Saúde disse que é uma parceria entre três entidades: Câmara, Misericórdia e o Centro de Saúde de Montalegre e espera que depois de uma fase de adaptação se tire o melhor proveito deste investimento.

Disse que não aceita as declarações de discriminação pois todas as aldeias, independentemente da cor política, sofreram intervenções.

Disse ainda que não entende como é que um partido como o PSD (o partido que mais tempo governou o concelho) consegue descer tão baixo. Já ninguém ouve esse partido e nem a bancada social democrata entende alguns dos seus dirigentes.

Inscreveu-se para segunda intervenção a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que o PSD nunca disse que a Câmara estava na falência, disse apenas que não concordava com a forma de aplicação dos empréstimos e sobre o parque de campismo de Penedones sempre disseram que era um projecto de louvar. Não pôs em causa a execução da obra, apenas perguntou se foi sujeita a concurso público.

A Assembleia tomou conhecimento.

4 – Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e Ricardo Moura.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o Governo vai alterar a taxa de IMI e concorda com a taxa apresentada, mas tem que se pensar na redução para pessoas com baixos rendimentos, zonas desertificadas e os prédios em ruína.

O deputado Nuno Pereira felicitou o anterior Governo pela imposição desta medida e perguntou se o volume global do imposto recebido já se aproximou do pretendido.

O deputado Ricardo Moura disse que esta proposta tem que ser alargada e tem que mudar. Disse que em Padornelos há algumas casas compradas por pessoas de fora que não vendem, nem restauram. A Câmara devia pressionar este tipo de situação e todas as intervenções que fossem feitas nas aldeias deveriam ser comunicadas aos Presidentes da Junta.

O senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes e disse, sobre o IMI para casas em ruínas, que é difícil implementar uma lei ainda por cima porque a Câmara não tem meios técnicos e humanos. A lei está bem feita, mas não se enquadra na realidade técnica das autarquias.

Disse que o volume da cobrança está a baixar pois há atrasos nas cobranças.

Disse que os Presidentes da Junta já fazem um bom trabalho se fiscalizarem todas as obras que não têm licença.

Disse que as taxas da limpeza das ruas pode ser alargada às aldeias e essa venha a ser transferida para as juntas se houver compromisso por parte em assumir a limpeza.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com 2 votos contra e 1 abstenção.

5 – Proposta de fixação, para o ano de 2007, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Paulo Pires.

O deputado Paulo Pires disse que quando o poder local passa sete horas reunido para não chegar a consenso nenhum é uma vergonha, um exemplo de má aplicação de fundos, mas por outro lado, a Assembleia resume-se ao filme do Xerife de Nottingham que está no seu castelo a arrecadar os dinheiros do povo que tem graves problemas económicos. Disse que estava contra todas as medidas que sejam para sacar dinheiro ao povo para executar obras totalmente desnecessárias.

O senhor Presidente da Câmara respondeu ao interpelante e disse que o xerife não anda a cavalo mas anda de mangas arregaçadas para encontrar mais meios para que o castelo tenha também mais meios e para que as casas que estavam à volta do castelo paguem as taxas que deviam pagar.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e 2 abstenções.

6 – Proposta de lançamento do imposto municipal de derrama e da definição da respectiva taxa, para vigorar no ano de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, António Ferreira, Paulo Pires e Nuno Pereira.

A deputada Guilhermina Costa disse que tem sido defendido pelo PSD a não aplicação de derrama neste concelho com o objectivo de incentivar o investimento privado, pois com este imposto muitas empresas desistem de vir cá. Perguntou se valerá a pena a cobrança deste imposto e se este não afastará investidores. Por esta razão, disse que a bancada por ela representada vota contra.

O deputado António Ferreira disse que assumiria o compromisso de pagar a derrama dos investidores que quisessem investir em Montalegre e só não o fizeram pelo facto de se cobrar esse imposto.

O deputado Paulo Pires disse que no regimento da Assembleia, no que diz respeito às competências, compete deliberar quanto à criação de fundos destinados a melhoramentos urgentes. Portanto, esta proposta só poderia ser aceite por esta Assembleia se houvesse de facto uma situação extraordinária e se votasse a favor estaríamos a ir contra o mesmo regimento. Disse que o povo vai saber que, mesmo contra o regimento, este executivo está a aumentar a carga de impostos que sobrecarrega as poucas empresas que têm alguns postos de trabalho no concelho.

O deputado Nuno Pereira disse que não sabe se o deputado Paulo Pires terá razão mas pensa que esta proposta vem de encontro à nova lei das finanças locais, mas a questão não é essa. Ninguém gosta de penalizar quem quer que seja, mas esta proposta está bem justificada onde se justificam obras que potenciam desenvolvimento.

Disse ainda que não podemos ter uma ideia miserabilista dos empresários de Montalegre, pois todos os concelhos onde efectivamente se cobra derrama são as zonas de mais investimento, o que quer dizer que o valor do peso da derrama é insignificante. Se Montalegre fosse essencialmente povoado por jovens, com formação profissional à altura e com um nível cultural mais elevado, os empresários decerto não se importariam de investir cá.

O senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes dizendo que a oposição quer tudo de graça e se a Câmara puder ser estrangulada financeiramente melhor ainda. Tenta-se prejudicar o concelho de todas as maneiras a até legalmente, evitando o aumento de taxas para que se façam obras de forma a que se promova o desenvolvimento. Disse que Montalegre tem entre 19 e 20 mil contos de derrama, dos quais 14 mil são da EDP, 4 ou 5 mil são de bancos, companhias de seguros e de uma ou outra empresa que paga transitoriamente derrama pelo seu direito de passagem no concelho e dois mil contos que são cobrados aos empresários locais.

Disse que não é por causa destes dois mil contos que se vão desperdiçar 18 mil. Mas há outros argumentos que vão contra aquilo que aqui foi defendido. Referiu que nos lugares onde há grandes investimentos cobra-se a derrama e não há nenhum município, como o nosso, que não tenha derrama que tenha atraído mais investidores. Sobre a eventual ilegalidade da aprovação da taxa da derrama, disse que para o deputado Paulo Pires os arruamentos, a água e a rede viária não são urgentes e o povo também vai saber que o Bloco de Esquerda pensa assim.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e Nuno Pereira.

A deputada Guilhermina Costa sabe que o Presidente da Câmara intervém com frases feitas de que o PSD vota sempre contra, mas se bem se lembra nos dois pontos anteriores teve o apoio total desse partido.

Disse que o investimento é feito nos grandes centros pois lá está o poder de decisão e os empresários não se importam de pagar derrama pois lá tem outras vantagens e os concelhos do interior não têm essas características e o importante é que as Câmaras aproveitem tudo o que têm ao seu alcance para incentivar esse investimento e definir quais os pontos de interesse para o desenvolvimento económico, criando condições para os empresários.

O deputado Nuno Pereira disse que a câmara tem que se preocupar com a criação de condições de investimento que nada têm a ver com o pagamento de derrama, mas sim com o aspecto cultural e profissional da juventude, combater a desertificação e o êxodo rural.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com 10 votos contra e 4 abstenções.

7 – Contracção de empréstimo de longo prazo, 20 anos, destinado a financiar investimento municipal, no valor de €1.593.215,00.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves, Nuno Pereira, Ricardo Moura e Paulo Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que pelos documentos expostos a Câmara está no seu limite.

Concordou com a compra dos terrenos para a escola e para as habitações sociais, não concordou com a compra do terreno para as chegas dos bois e não concordou que metade deste dinheiro se destine às obras do Parque Nacional da Peneda Gerês. Disse que este empréstimo é por 20 anos e quem vier depois governar a autarquia é que tem que assumir esse débito e na realidade não é de maneira nenhuma o que está apresentado no documento e por estas razões abstém-se.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o endividamento desta Câmara Municipal já vai em 3 milhões e 500 mil contos e agora mais 1 empréstimo para o PNPG. Se se esteve atento, em Abril de 2006, aprovou-se um adiantamento para o PNPG e não percebe se não há dinheiro como é que se podem fazer adiantamentos aos empreiteiros. Disse que isto se chama falta de gestão.

O deputado Nuno Pereira disse que desconhecia o voto de unanimidade de adiantamento de dinheiro para a obra do PNPG, mas pensa que é contraditório o voto contra nesta Assembleia pois deve-se assumir a continuidade do voto favorável inicial. Disse que o recurso à banca é uma situação natural a todos e que todos deveriam ficar contentes pelo facto da Câmara Municipal ainda ter capacidade de recurso ao crédito. Por isso, conclui-se que isto é uma analogia do que se passa no concelho apesar de considerações de cariz político ou pessoal à qualidade dos investimentos.

O deputado Ricardo Moura disse que um líder de um partido nunca se deve abster. Ou vota contra ou a favor porque, senão, dá razão ao executivo.

Salientou que a dívida da Câmara de Montalegre é de 40% e as Câmaras de Boticas e Ribeira de Pena é de 85%.

Disse que há péssimos empresários que ganharam milhares de contos e não os souberam aproveitar. Enganaram muita gente e agora viram as costas a quem tantos os ajudou. Disse que os Barrosões são unidos e não é uma pessoa que tanto traiu o concelho que vai conseguir alguma coisa.

O deputado Paulo Pires deu uma apreciação negativa dos objectivos que este empréstimo tem. Alertou para o valor da compra dos terrenos, dizendo que lhe parecem muito elevados para Montalegre.

Disse que ao ouvir os deputados a intervir sobre este assunto, dá-lhe a sensação que Portugal é um oásis e de que não há problemas financeiros e perguntou se Montalegre precisa de mais habitação social.

O senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes e disse que a taxa de juro desta proposta é baixa porque esta Câmara tem crédito. A compra do terreno das chegas de bois é um terreno que vai valorizar o espaço do campo da feira e Multiusos.

Sobre as portas do PNPG, disse que o governo do PSD boicotou o financiamento das portas do PNPG. Com o governo socialista tentou-se corrigir esta situação fazendo uma candidatura de 500 mil euros, mas o auditório irá ser partilhado pelo PNPG e pela população de Montalegre.

Sobre os adiantamentos feitos a alguns empreiteiros, disse que é uma operação usual que pode favorecer um empreiteiro que tem dificuldades em recorrer ao crédito.

Disse que a Câmara vive sem este empréstimo e que as obras serão feitas na mesma. Mas as condições do crédito são muito vantajosas e assim fica dinheiro para se fazerem outros investimentos.

Disse que as próximas gerações não perdoariam se soubessem que não foram aproveitados fundos comunitários. Não é para a geração presente que se fazem as escolas, o Multiusos, o desportivo, o auditório e o Ecomuseu. É para gerações futuras.

Inscreveu-se para segunda intervenção a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que na última Assembleia falou do financiamento das portas do PNPG e o Presidente da Câmara disse que estava tudo bem. Agora custa-lhe ouvir dizer que a culpa da situação da obra do PNPG seja do anterior Governo e que pode concluir que esta candidatura foi reprovada. Disse que o documento apresentado não relata a realidade.

O Senhor Presidente respondeu à interpelante.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com 3 votos contra e 5 abstenções.

8 – Contrato de prestação de serviços denominado “ Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, manutenção e lavagem de Contentores ao Município de Montalegre” / Aquisição de serviços complementares, traduzidos no fornecimento e instalação de equipamentos que acondicionem contentores enterrados. / Escolha do tipo de procedimento aplicável e autorização para a assunção da respectiva despesa.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que era bom que se exigisse que o serviço de limpeza e manutenção fosse cumprido pois o dinheiro pago para o mesmo é bastante significativo.

O senhor Presidente da Câmara respondeu à interpelante dizendo que concorda que se deve exigir à empresa que cumpra os seus deveres mas também tem que se exigir mais civismo. Se se quer mais ecopontos e mais carros de recolha, temos que pagar mais.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

9 – Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal “ Barrosana, E.M.

Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

10 – Proposta de Lei de Finanças Locais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

11 – Barrosana, E.M / Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2006/2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovado por maioria com duas abstenções.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
